



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio de Sergipe • Aracaju • Quarta-feira 12 de setembro de 2018

A3 POLÍTICA

f FanPage @ JornalCorreiodeSergipe

TRANSPARÊNCIA

TCE e MP firmam termo sobre o terceiro setor

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Ulices Andrade, e o procurador-geral de Justiça, Rony Almeida, assinaram nesta terça-feira, 11, Termo de Cooperação para realização do projeto ONG Transparente. O objetivo é auxiliar, selecionar e divulgar as entidades não governamentais que dão transparência às suas ações gerenciais e prestações de contas, permitindo o controle social e o controle por resultados pela sociedade.

Assinaram ainda o Termo, na sala de reuniões do TCE, a promotora de Justiça do Terceiro Setor, Ana Paula Machado, e o procurador-geral do MP de Contas, João Augusto Bandeira de Melo.

"É uma iniciativa fundamental no sentido de fiscalizar a destinação desses recursos públicos e dar mais transparência às ações dessas entidades; trata-se de um novo trabalho con-

junto entre o TCE e o Ministério Público do Estado, que têm sido parceiros em busca de maior eficiência nas suas ações", comentou o conselheiro-presidente Ulices Andrade.

Idealizado pela Promotoria do Terceiro Setor, o projeto buscará seu objetivo ao avaliar os portais da transparência das entidades não governamentais.

"Vamos verificar se os recursos recebidos pelas ONGs estão sendo aplicados corretamente; se não há desvio, se não há deficiência na administração, para que tudo aquilo que chega nessas ONGs preste o serviço a que se destina", observou o procurador-geral de Justiça, Rony Almeida.

A promotora de Justiça Ana Paula Machado explicou que a assinatura do Termo representa mais uma etapa desde a concepção do projeto.

"Já ocorreram atividades, como três seminários do terceiro setor, reuniões com secre-



Vamos verificar se os recursos recebidos pelas ONGs estão sendo aplicados'

Rony Almeida |
Procurador-geral de Justiça

tários estaduais, municipais, que repassam recursos públicos às entidades, editamos uma cartilha de prestação de contas, quatro informativos, orientando como disponibilizar essas informações em seus portais e agora vamos avaliar e divulgar uma

lista de entidades consideradas transparentes", afirmou.

O acordo firmado prevê que a Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços (Dceos) do TCE, juntamente com o Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor do MPE e a procuradoria geral do MP de Contas serão as unidades técnicas responsáveis pela execução do Termo.

"É um projeto importante para trazer transparência para os recursos públicos que são repassados para as ONGs; então, a partir desse Termo de Cooperação assinado, será feito um levantamento dessas entidades e se elas estão colocando os dados na internet ou publicizando esses dados conforme a Lei de Acesso à Informação; isso vai dar mais possibilidade à sociedade de participar e fiscalizar essas entidades", ressaltou o procurador-geral João Augusto Bandeira de Melo.